

Reflexões sobre o estatuto epistemológico das CSH: uma revisão das categorias verdade, sujeito e subjetividade

PAMELLA ROCHELLE OLIVEIRA*

MARCUS CAMARGO ZUBEM**

Resumo: O presente ensaio teórico tem como objetivo discutir o conceito de verdade com ênfase nas obras de Friedrich Nietzsche e Michel Foucault, percebendo a temática como um dos conceitos chaves para se pensar o estatuto epistemológico das Ciências Sociais e Humanas (CSH) na atualidade, já que o mesmo se faz intrinsecamente ligado às condições de possibilidades dadas, incidindo por sua vez na questão da produção de subjetividades, bem como do próprio sujeito, na medida em que estes são produzidos a partir e numa teia de relações invisíveis pautada em jogos de verdades e relações de poder. Para tanto, optamos num primeiro momento por realizar uma breve discussão acerca dos principais conflitos epistemológicos no campo das CSH, entre eles a antiga dualidade entre indivíduo x social, bem como a questão de causa e efeito.

Palavras-chave: Epistemologia; Verdade; Subjetividade; Sujeitos.

Abstract: This theoretical essay aims to discuss the concept of truth emphasizing the works of Friedrich Nietzsche and Michel Foucault, realizing the issue as one of the key concepts to think about the epistemological status of the Social Sciences and Humanities (CSH) today, as the same is intrinsically linked to conditions of total possibilities, in turn focusing on the issue of subjectivity production as well as the subject itself, insofar as these are produced from a web and relations of invisible guided by truths games and power relations. Therefore, we chose at first to conduct a brief discussion of the main epistemological conflicts in the field of CSH, including the old duality between individual x social as well as the question of cause and effect.

Key words: Epistemology; Truth; Subjectivity; Subject.



* **PAMELLA ROCHELLE OLIVEIRA** é Mestranda pelo Programa Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanas da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.



** **MARCUS CAMARGO ZUBEM** é coordenador e professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, PPGICSH/UERN.



Sobre os conflitos epistemológicos nas Ciências Sociais e Humanas na contemporaneidade

O termo *epistemologia* vem do grego, surgiu com Platão e pode ser entendido de forma simples como o estudo científico que se preocupa com problemas relacionados ao conhecimento, à crença e sua natureza. Também pode ser percebido como a filosofia da ciência, ou seja, o que nos permite refletir a ciência por meio da filosofia. Para Almeida (2007, p.11), “a epistemologia moderna passou a consistir numa reflexão sistemática sobre as condições e as implicações do trabalho científico, sobre as suas formas e os seus momentos”. Sobre os atuais conflitos epistemológicos, Santos (1989) afirma que a possível crise do paradigma da ciência moderna se dá concomitante a uma crise epistemológica. Dessa forma, o autor explica ser necessária uma revisão das

práticas que constituem a ciência na contemporaneidade, de forma a deixá-la mais clara e compreensiva, para tornar o conhecimento científico entrelaçado à “sabedoria prática” passando a ser dessa forma comumente utilizado no dia a dia em sociedade.

O recurso à hermenêutica assume papel central, pois é ele que permite amenizar a incomunicabilidade da ciência com outras formas de discurso consideradas menos herméticas, como é o caso do discurso religioso, estético e do senso comum (SANTOS, 1989, p. 12. *apud* ROLT, 2011).

Para Santos, a questão central numa reflexão epistemológica deve ser a “dimensão social do conhecimento científico e sua efetiva compreensão”, já que o autor considera que o legado da ciência moderna tem sido unidimensional, na medida em que acredita que ela vem enfrentando os

diversos fenômenos sociais com métodos muito abreviadores e limitados. Para ele, o que deve acontecer é que o discurso científico seja repensado, de modo que o mesmo possa encontrar lugar nas práticas sociais e vice-versa.

Outro problema bastante comum e discutido na área das Ciências Sociais e Humanas é como pensar a estrutura das relações sociais sem tomar como ponto de partida a antiga questão dualista de causa e efeito, bem como a problemática o indivíduo x o social, e vice-versa. Esse pensamento pode ser observado nas obras clássicas de Durkheim e Weber, na medida em que o primeiro defendia que o ponto de partida para se pensar a sociologia era o *fato social*, sendo este percebido como unidade básica de análise, possuidor de duas características fundamentais: “primeiro, ele tem um poder coercitivo, e, segundo, ele é superior ao nível individual, existindo para além das consciências individuais” (OLIVEIRA, 2012, p. 296). Já para Weber, o foco estaria centrado na *ação social*, isto é, o sentido que os indivíduos dão para as ações que realizam, o que resultou na criação da sua principal ferramenta, “o tipo ideal, ou seja, a formação de projeções ideal-típicas, visando possibilitar a comparação entre as ações sociais...” (OLIVEIRA, 2012, p. 299). Dessa forma, pode-se dizer que a teoria de Durkheim estaria ligada a questão de se pensar a realidade a partir da coletividade, enquanto para Weber seria pensar a realidade a partir do indivíduo, o que coloca em cena não só o antagonismo de pensamentos, mas, sobretudo, a questão causal na qual se pensa a sociedade a partir de um único ponto de partida. Sobre ambos, Oliveira (*Ibid*) afirma que,

Por um lado, seus trabalhos (no que tangem as questões supracitadas) realizam as importantes tarefas de definir o objeto da Sociologia e separá-la do senso comum, da política, das filosofias especulativas e das outras ciências. Por outro lado, entretanto, tanto a ideia durkheimiana quanto a ideia weberiana sobre a relação da Sociologia (e da Ciência em geral) com a vida social possuem limitações, apesar de terem afastado grande parte das ideias errôneas sobre essa relação que eram vigentes nos contextos em que esses dois sociólogos estavam inseridos (OLIVEIRA, 2012, p.312).

Ainda hoje, essa questão de causa e efeito é bastante discutida e recebe fortes críticas na área das Ciências Sociais e Humanas, sobretudo quando o foco é pensar como se dão as relações sociais e como é constituída a estrutura da sociedade e o próprio sujeito, nessa medida, pode-se dizer que as ideias de Durkheim e Weber já estejam de certo modo defasadas e por isso recebam diversas críticas, sendo este um dos principais problemas epistemológicos da atualidade. Com efeito, é cada vez mais comum no cenário contemporâneo tentar ir além da questão da causalidade para buscar novas formas de se pensar o social e como este se produz, trocando a ideia de causa pela de relações, partindo assim de uma percepção da estrutura social como uma rede dinâmica de interdependências, o que pode ser observado no pensamento de autores como Elias (1994) e Foucault (2008), ambos com visões próprias, mas que dialogam entre si nesse sentido.

Elias (*ibid.*) percebe a trama social a partir de uma malha de relações que vão se configurando por meio de um processo dinâmico e de práticas de

interdependência, que estariam conectadas por meio de uma rede.

Nessa rede, muitos fios isolados ligam-se uns aos outros. No entanto, nem a totalidade da rede nem a forma assumida por cada um de seus fios podem ser compreendidas em termos de um único fio, ou mesmo de todos eles, isoladamente considerados; a rede só é compreensível em termos da maneira como eles se ligam, de sua relação recíproca. Essa ligação origina um sistema de tensões para o qual cada fio isolado concorre, cada um de maneira um pouco diferente, conforme seu lugar e função na totalidade da rede. A forma do fio individual modifica quando se alteram a tensão e a estrutura da rede inteira. No entanto essa rede nada é além de uma ligação de fios individuais; e no interior do todo, cada fio continua a constituir uma unidade em si; tem uma posição e uma forma singulares dentro dele (ELIAS, 1994, p. 35).

Assim como Elias (*Ibid.*), Foucault (2008) também partilha a ideia de rede, compreendendo que os indivíduos e a sociedade estão de tal forma conectados que na medida em que um se movimenta dentro dessa teia de relações o outro também acabará por se mover, o que segundo ele resultaria numa espécie de jogo de posições estratégicas. Foucault (*Ibid*) identifica a estrutura e as relações sociais com foco nas práticas discursivas, considerando a tríade poder/saber/sujeito. Para ele, o poder é visto como produtor de saberes e, por sua vez, o saber como agenciador destes poderes, acreditando que ambos, por meio de discursos institucionalizados, acabam por constituir certas verdades que são apropriadas pelo social/indivíduo e influenciam na produção de

subjetividades, estando todos os pontos relacionados e conectados.

O objeto não espera nos limbos a ordem que vai libertá-lo e permiti-lhe que se encarne em uma visível e loquaz objetividade, ele não preexiste a si mesmo, retido por algum obstáculo aos primeiros contornos da luz, mas existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações (FOUCAULT, 2008, p. 51).

Esse objeto considerado por Foucault (*Ibid.*), trazendo para o nosso contexto, pode ser tanto o social quanto os próprios sujeitos, já que ambos se constituem e se modificam à medida que operam lado a lado nessa teia onde estão estrategicamente posicionados, por meio das práticas discursivas por eles adotadas.

Partindo do mesmo raciocínio que Elias (1994) e Foucault (2008), mas desta vez com foco nas práticas culturais, ou de forma mais concreta nas noções de *habitus e campo*, Bourdieu (1992; 1996) defende que é olhando para as particularidades culturais que se poderá perceber como se dão os processos de produção do social, assim como de subjetivação, além disso, o autor também vê as práticas como mecanismos de controle.

Os autores até aqui citados são alguns dos que possuem grande influência no pensamento contemporâneo da área das Ciências Sociais e Humanas, já que buscaram pensar e problematizar questões bastante delicadas e ainda hoje relevantes e atuais para se compreender o sujeito e toda a trama social na qual este está inserido. Partindo da mesma lógica e desejo é que a partir de agora daremos ênfase a questão da verdade, percebendo-a enquanto problema epistemológico, que por sua vez incidiria diretamente na produção de

subjetividades e sujeitos. Consonante a estas questões, compreendemos que a identidade desses indivíduos é produzida numa teia de relações invisíveis pautada num jogo de verdades e relações de poder.

A verdade como um problema epistemológico

A concepção de verdade baseada nas questões de causa-efeito, pré-existência natural e absoluta e como um sistema linear e universal, estão amplamente ligadas ao pensamento tradicional iluminista, que por si só não é mais capaz de dar conta de toda a complexidade que envolve o tema e, por isso, vai de encontro ao pensamento contemporâneo das Ciências Sociais, o qual leva os pesquisadores e pensadores da área a perceberem novas questões epistemológicas, entre elas as que já vêm sendo aqui abordadas.

A vida humana, como bem existe em suas estruturas e organizações sociais é constituída tendo como base a “verdade”, ou “inverdades” que ajudam os sujeitos a bem viver, sendo, dessa forma, como Nietzsche (2007) explica em sua obra, necessárias para a sobrevivência no campo social, sendo a própria ideia acerca da verdade, como única e absoluta, uma suposta mentira que nos ajuda a enfrentar os desafios cotidianos de nossa existência e muitas vezes dar sentido a vida. Assim, Nietzsche (*ibid*) questiona de onde vem o impulso pela verdade, já que para ele a mentira, o engano e o mascaramento seriam comuns à natureza humana,

[...] mas, porque o homem quer, ao mesmo tempo, existir socialmente e em rebanho por necessidade e tédio, ele necessita de um acordo de paz e empenha-se então para que o mais cruel *bellum omnium contra omnes* ao menos desapareça de seu mundo. Esse acordo de paz traz

consigo, porém, algo que parece ser o primeiro passo rumo à obtenção daquele misterioso impulso à verdade. Agora, fixa-se aquilo que, doravante, deve ser “verdade”, quer dizer, descobre-se uma designação uniformemente válida e impositiva das coisas, sendo que a legislação da linguagem fornece também as primeiras leis da verdade: pois aparece, aqui, pela primeira vez, o contraste entre verdade e mentira, o mentiroso serve-se das designações válidas, as palavras para fazer o imaginário surgir como efetivo... (NIETZSCHE, 2007, p. 29).

Em outras palavras, o autor afirma que a criação e o uso da linguagem para designar às coisas e seus significados, que poderia ser considerada como o primeiro impulso à verdade, consiste em um jogo arbitrário, de modo que o primeiro contraste entre verdade e mentira se faz presente, já que a “mentira” poderá fazer uso da linguagem que é criada para designar as coisas como as coisas são, ou seja, o que se entende por verdade. Ao falar sobre a verdade, Nietzsche (*Ibid*) afirma que a mesma está associada ao devir e ao movimento contínuo, podendo ser considerada como uma metáfora do “real”.

Assim sendo, a tentativa de se buscar uma verdade entendida como a busca de conceitos universais, eternos, pré-existentes na natureza, para ele era uma falácia, pois a verdade, afirmava, incorporava, trazia em si a tragédia, o engano, "... a sabedoria do corpo, o valor do erro e da ilusão, a afirmação segundo a perspectiva de cada um, o sujeito deixando-se rolar pelo tempo guiado pelo pragmatismo dos instintos..." (NIETZSCHE, 2000, p. 77 *apud* OLIVEIRA, 2007, p. 2).

Foucault em suas diversas obras, com destaque aqui para a *Arqueologia do Saber* (2008), *As palavras e as Coisas* (1992) e a tríade da *História da Sexualidade* (1985; 1998; 1999), aborda questões essenciais para se pensar a verdade e os sujeitos; assim como o campo da ciência como uma instituição que outorga verdades; percebendo-os dentro de tramas históricas estratégicas e colocando-os sempre em relações discursivas nas quais se evidencia a forte conexão entre o saber/poder como produtores e agenciadores de verdade. Pode-se dizer que para o autor a verdade estaria mais para uma produção social de sentidos que surge em determinado tempo e espaço. Assim, as verdades que conhecemos hoje podem nem sempre terem existido e possuído esse *status*. É possível afirmar que o cerne do seu pensamento sobre o tema se dá na questão das práticas discursivas, entendendo-as como produtoras e mantenedoras dos discursos instituídos como verdades, ou melhor, desses “jogos de verdade”, aliados a questão histórica e temporal, e é nesse pensamento que o presente ensaio se ancora.

Desse modo, é possível afirmar que Nietzsche dialoga diretamente com a questão das práticas discursivas abordadas por Foucault, por exemplo, quando trata da questão da linguagem como uma metáfora das coisas e do mundo, nos fazendo crer que possuímos domínio sobre as coisas pelo simples fato de sabermos nomeá-las. Ou seja, ambos dialogam um com o outro nesse sentido.

Acreditamos saber algo acerca das próprias coisas, quando falamos de árvores, cores, neves e flores, mas com isso, nada possuímos senão metáforas das coisas, que não correspondem, em absoluto, às essencialidades originais. Tal como

o som sob a forma de figura de areia, assim se destaca o enigmático “x” da coisa em si, uma vez como estímulo nervoso, em seguida como imagem, e, por fim, como som. De qualquer modo, o surgimento da linguagem não procede, pois, logicamente, sendo que o inteiro material no qual e com o qual o homem da verdade, o pesquisador, o filósofo, mais tarde trabalha e edifica, tem sua origem, senão em alguma nebulosa cucolândia, em todo caso não na essência das coisas (NIETZSCHE, 2007, p. 33-35).

De forma resumida e simplificada, o que o autor quer dizer é que as verdades são ilusões das quais os sujeitos esquecem que assim o são, ou seja, a linguagem e mesmo as práticas discursivas operam de modo a nos fazer esquecer que nossa verdade é socialmente e simbolicamente construída. Somente quando esquecemos que ela é um construto social que a mesma torna-se de fato o que é. Assim sendo, ainda é possível afirmar que os sujeitos só vivem tranquilamente enquanto acreditam ser detentores da verdade, o que se dá por esquecerem ou não possuírem consciência da existência de um mundo metafórico, no qual as coisas que estes pensam conhecer na verdade são metáforas do que realmente são e não sua totalidade. No entanto, vale questionar como estas metáforas ganham papel de veracidade e passam a serem aceitas como tais? E de que forma a linguagem e as práticas discursivas se instituem como verdade?

No decorrer das diversas obras de Foucault, há a busca em responder a estes questionamentos utilizando diferentes exemplos, como a questão do louco, do delinquente e mesmo da sexualidade, sempre tentando ir além das noções já pré-estabelecidas acerca

dos objetos, para procurar e pensar o ponto no qual o tema passa a ser instituído como tal, quando de fato torna-se objeto, para dessa forma o desnaturalizar. Utilizando a loucura como exemplo, Foucault (1994) destaca que ela não existe enquanto objeto natural, mas apenas num determinado contexto social, a partir de uma determinada época e dentro de uma ordem discursiva.

Fizeram-me dizer que a loucura não existia, enquanto o problema era absolutamente inverso: tratava-se de saber como a loucura, sob as diferentes definições que podemos lhe dar num momento dado, pôde ser integrada num campo institucional que a constituía como doença mental, adquirindo um determinado lugar ao lado de outras doenças (FOUCAULT, 1994, p.726 *apud* CANDIOTTO, 2007, p. 211).

Com base nas proposições do autor, pode-se afirmar que a loucura passa a existir a partir do momento em que por meio dos discursos médicos e psiquiátricos que desenvolvem papéis legitimadores na sociedade, a doença mental se constitui enquanto verdade. Tendo por base o exemplo da loucura, o que Foucault também aplica à questão da sexualidade e da delinquência, podemos afirmar que as verdades se constituem enquanto tais na medida em que os discursos sobre as mesmas passam a ser divulgados e aceitos por determinadas instituições sociais que detém papéis legitimadoras e poder de outorgar o que é válido, o que também pode se dar devido à repetição de determinado discurso ao longo do tempo. É o saber produzindo relações de poder por meio de jogos históricos e temporais de verdade, corroborando com o que Nietzsche afirma ao dizer que muitas vezes algo se constitui como verdadeiro quando passa a ser repetido e

divulgado ao longo do tempo, chegando até mesmo a consolidar-se como cânone.

Diante da leitura e apreensão desses dois teóricos percebe-se que o grande dilema epistemológico acerca da verdade está mais para como esta se constitui enquanto tal do que propriamente uma busca por sua definição. Percebe-se também que a verdade, do modo como é encarnada pelos sujeitos, se dá na medida em que estes acreditam ter domínio sobre o mundo e as coisas pelo simples fato de saber nomeá-los, além da institucionalização e divulgação de certos discursos oficiais já pré-estabelecidos ao longo do tempo, e mesmo pela legitimação da ciência, que na contemporaneidade adquire *status* de verdade.

Relações de verdade e poder como produtoras de sujeitos e subjetividades

Se a verdade, como foi visto anteriormente, torna-se o que é por meio da legitimação de certos discursos e da concepção de correspondência entre o dizer do sujeito e a “realidade” das coisas, melhor dizendo, o uso da linguagem, fatos estes que se dão por meio de relações histórico-temporais de poder que se estabelecem, pode-se dizer que a verdade é produzida nas e pelas relações de poder/saber. Da mesma forma, seria possível afirmar que os sujeitos constroem para si suas identidades e subjetividades através da apropriação dessas “verdades” e práticas discursivas para elaborarem assim seu *self*, o que vai variar de acordo com a época e o momento histórico no qual estão inseridos.

A contemporaneidade, considerada por alguns pensadores como pós-

modernidade¹ ou modernidade líquida; segundo Bauman (2007) é um momento assinalado por um mal estar que advém da liquidez e do caráter contraditório e provisório que a marca, já que nesse momento as diferenças passam por constantes mutações e por isso são sempre múltiplas e provisórias, o que pode ser percebido na própria produção dos sujeitos e de suas identidades. Sobre essa questão dos sujeitos pós-modernos Hall (2011, p. 71) afirma que as identidades estão “profundamente envolvidas no processo de representação”. Assim, “a moldagem e remoldagem de relações espaço-tempo no interior de diferentes sistemas de representações têm efeitos profundos sobre a forma como as identidades são localizadas e representadas” (*Ibid.*), sendo elas, para o autor,

Construídas dentro e não fora do discurso, nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas (HALL, 2003, p. 109).

A partir desta concepção, é possível afirmar que a produção de subjetividades e mesmo dos sujeitos está atrelada a própria noção de construção e produção de verdades discutida por Foucault. Ambas se dão por meio e dentro de práticas discursivas e, porque não também dizer em meio a relações de poder e micropoderes?. Destarte, assim como a verdade é produzida por meio de relações de poder e saber, bem como utilizando a linguagem enquanto metáfora do real, os sujeitos são

produzidos de acordo com as verdades nas quais acreditam e possuem como corretas, além de estarem submersos em determinadas tramas sócio-histórico-culturais, tendo em vista que essa tríade aliada às relações de saber/poder seriam as responsáveis, ou melhor, o pano de fundo para a produção dos sujeitos, estando todos os pontos conectados entre si, o que nos leva mais uma vez a noção de rede, nos permitindo considerar os sujeitos como pontos estratégicos espalhados na grande rede que é a trama social.

No texto “*O sujeito e o Poder*”, Foucault (2010) discute como os indivíduos tornam-se de fato sujeitos, percebendo os diferentes modos pelos quais isto vem acontecendo nas sociedades ocidentais, com ênfase a três modos de objetivação que segundo ele transformam os seres humanos em sujeitos. O primeiro seria o *modo de investigação*, que objetiva o discurso e as ações do sujeito tentando atingir o estatuto de ciência. O segundo foi classificado como *práticas provisórias*, que objetivam o sujeito a partir de seu lugar social e suas relações com os outros. E por fim, o terceiro seria o do domínio da sexualidade, com ênfase em como os homens aprenderam a se reconhecer como sujeitos de sexualidade.

Sobre a própria concepção que se tem do termo sujeito, o autor vai explicar que a palavra possui dois significados básicos, ambos relacionados à questão da sujeição, o primeiro seria de rendição a alguém pelo controle e dependência e, o segundo, preso a sua própria identidade por meio de uma consciência e autoconhecimento. Os dois significados remetem a uma relação de poder que subjuga e torna o ser sujeito a algo. Sobre isto, salienta o autor: “pareceu-me que, enquanto o sujeito

¹É importante ressaltar que a noção de pós-modernidade discutida aqui ainda recebe inúmeras críticas e por isso não é totalmente aceita na área das Ciências Sociais.

humano é colocado em relações de produção e de significação, é igualmente colocado em relações de poder muito complexas” (FOUCAULT, 2010, p. 232). Frente a estas questões, pode-se afirmar que os sujeitos se constituem enquanto tais inseridos numa teia de relações de poder, o que nos leva a questionar o próprio poder, para assim compreendermos melhor o sujeito, sendo necessário perceber o que de fato é o poder e como este se estabelece.

O exercício do poder não é simplesmente uma relação entre "parceiros" individuais ou coletivos; é um modo de ação de alguns sobre outros. O que quer dizer, certamente, que não há algo como o "poder" ou "do poder" que existiria globalmente, maciçamente ou em estado difuso, concentrado ou distribuído: só há poder exercido por "uns" sobre os "outros"; o poder só existe em ato, mesmo que, é claro, se inscreva num campo de possibilidade esparso que se apoia sobre estruturas permanentes (FOUCAULT, 2010, p. 242).

Conforme o autor, o poder deve ser considerado uma "ação sobre ações", estabelecendo-se enquanto uma relação e não como algo palpável. Uma relação de poder é um modo de ação que age sobre sua própria ação, o que o distancia de relações de violência, na medida em que segundo Foucault (2010), para que exista uma relação de poder é preciso que aquele sobre quem se exerça o poder seja reconhecido como sujeito da ação, fazendo parte livremente da relação de poder ali estabelecida, "que o outro" (aquele sobre o qual ela se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como o sujeito de ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis” (Ibid, 2010, p. 242).

Na obra tardia de Michel Foucault, na tríade *História da sexualidade*, além do autor pensar na lógica entre prazer e poder ele também se propõe a perceber e analisar as formas pela quais os indivíduos se reconhecem enquanto sujeitos de uma sexualidade que se articula num sistema de regras e coerções, e que por meio dessa sexualidade acabam por se deparar com uma experiência de si. O livro *O uso dos prazeres*, por exemplo, sintetiza um campo de escolhas morais e modos de subjetivação dados por modos de sujeição a substâncias éticas e históricas, nos quais podemos perceber a questão da experiência de si para consigo mesmo (FOUCAULT, 1985; 1984).

Meu propósito não era o de reconstruir uma história das condutas e das práticas sexuais de acordo com suas formas sucessivas. Também não era minha intenção analisar as ideias (científicas, religiosas ou filosóficas) através das quais foram representados esses comportamentos (...). Tratava-se de ver de que maneira, nas sociedades ocidentais modernas, constituiu-se uma "experiência" tal, que os indivíduos são levados a reconhecer-se como sujeitos de uma "sexualidade" (...). O projeto era, portanto, o de uma história da sexualidade enquanto experiência - se entendemos por experiência a correlação, numa cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade (FOUCAULT, 1985, p. 9-10).

A obra citada tem como foco a problematização das práticas sexuais enquanto produtoras de sujeitos, trazendo em sua estrutura os jogos de verdade aliados às regras de conduta para assim evidenciar de que forma, nesse contexto, se dá a constituição do

“eu”. Sobre a experiência de si e a constituição do eu, Larrosa (1994) ressalta que,

[...] mas que a própria experiência de si não é senão o resultado de um complexo processo histórico de fabricação no qual se entrecruzam os discursos que definem a verdade do sujeito, as práticas que regulam seu comportamento e as formas de subjetividade nas quais se constitui sua própria interioridade. É a própria experiência de si que se constitui historicamente como aquilo que pode e deve ser pensado. A experiência de si, historicamente constituída, é aquilo a respeito do qual o sujeito se oferece seu próprio ser quando se observa, se decifra, se interpreta, se descreve, se julga, se narra, se domina, quando faz determinadas coisas consigo mesmo, etc. E esse ser próprio sempre se produz com relação a certas problematizações e no interior de certas práticas. Ao analisar a experiência de si, o objetivo é “... analisar, não os comportamentos, nem as ideias, não as sociedades, nem suas "ideologias", mas as problematizações através das quais o ser se dá como podendo e devendo ser pensado, e as práticas a partir das quais essas problematizações se formam” (LAROSSA, 1994, p. 8).

Essa experiência de si pensada por Larrosa (*Ibid.*) com base nos estudos em Foucault, pode ser considerada tanto uma constituição histórica como cultural, dentro das singularidades de determinada sociedade e época, que se desenvolvem permeadas pelas relações de poder e jogos de verdade. Cada sociedade e época possibilitam o surgimento de um determinado repertório que pode ser utilizado para a constituição dos sujeitos e da experiência de si, valendo ressaltar que

esse repertório possibilita, na medida em que não partimos da ideia de causa e efeito, entender toda a trama social que envolve os sujeitos contemporâneos como uma rede de relações, na qual esses sujeitos podem resistir ao discursos dominantes, já que segundo Foucault (2008), onde há poder há resistência.

Sendo assim, se chegamos à compreensão de que a verdade é uma construção social e um signo metafórico, que se dá por meio da apropriação da linguagem como correspondência entre o dizer do sujeito e a realidade das coisas, bem como pela disseminação e aceitação de práticas discursivas em determinado espaço e tempo, pode-se seguir afirmando que as identidades, ou melhor, os sujeitos, por sua vez também são constituídos com base nesses jogos de verdade, ou seja, no que se tem estabelecido como verdadeiro. Logo, esses sujeitos serão constituídos em meio a práticas discursivas permeadas por relações de poder.

Considerações finais

O presente ensaio teórico procurou abordar alguns dos principais problemas que são levantados na contemporaneidade no campo epistemológico das Ciências Sociais e Humanas (CSH), problematizando inicialmente o antigo dilema em torno da questão de causa x efeito, evidenciado por meio dos teóricos aqui abordados, os quais destacam que cada vez mais se faz comum tentar ir além da questão de causalidade para buscar novas formas de se pensar o social e como este se produz, trocando esta ideia pela de relações, para partir de uma percepção da estrutura social como uma rede dinâmica de interdependências. Num segundo momento, nos detemos na questão da verdade, que

compreendemos também ser um problema epistemológico contemporâneo, inclusive bastante complexo. Sobre a questão, chegamos à conclusão que o grande dilema em torno da temática está mais para como a verdade se constitui enquanto tal, do que propriamente uma busca por sua definição. Com efeito, estas discussões nos levam a pensar na produção dos sujeitos e de suas subjetividades, partindo de uma ideia de jogos de verdade que se constituem por meio de práticas discursivas, nos detendo em como estes jogos dialogam com as relações de poder/saber, sendo ambos agenciadores no processo de subjetivação do eu, ou seja, na produção dos sujeitos.

Referências

ALMEIDA, João Ferreira de. Velhos e novos aspectos da epistemologia das Ciências Sociais. *In: Sociologia, problemas e práticas*, n.º 55, 2007, pp.11-24.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papyrus, 1996.

CANDIOTTO, Cesar. Verdade e diferença no pensamento de Michel Foucault. *In: Kriterion*, Belo Horizonte, n.º 115, Jun/2007, p. 203-217.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Org. Michnel Schöter, trad. Vera Ribeiro, revisão técnica e notas: Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas.

Tradução Salma Tannus Muchail. — 8ª ed. — São Paulo : Martins Fontes, 1999.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988, 13. Ed.

_____. **História da sexualidade II: O uso dos prazeres**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985.

_____. O sujeito e o poder. *In: DREYFUS, Hubert L. e RABINOW, Paul. Michel Foucault. Uma trajetória filosófica*. 2 ed., rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 273-295.

HALL, Stuart. **Da diáspora, Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALL, Stuart. **Identidades Culturais na pós-modernidade**. DP&A: Rio de Janeiro, 2011.

HUTCHEON, L. **Poética do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. *In: Silva, Tomaz Tadeu. O sujeito da educação*. Petrópolis: Vozes, 1994, p.35-86.

NIETZSCHE, Friedrich. **Sobre a verdade e a mentira no sentido extra-moral**. Org. e trad. Fernando de Moraes Barros. São Paulo: Hedra, 2007.

Artigos

OLIVEIRA, Aurenéa Maria de. A constituição da verdade em Hans G. Gadamer e Michel Foucault. *In: Dossiê Foucault*. N. 3 – dezembro 2006/março 2007. Organização: Margareth Rago & Adilton L. Martins.

OLIVEIRA, Eric Monné Fraga de. **O papel da sociologia segundo Émile Durkheim e Max Weber**. *In. POS*. Volume 11, n.1. 2012.

ROLT, Clóvis Da. Pensar a epistemologia das Ciências Sociais na contemporaneidade: dilemas de uma ciência incerta. *In. Soc. e Cult.*, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 435-442, jul./dez. 2011.

Recebido em 2015-07-22
Publicado em 2016-02-14